

# Personagens, espaço, leis e tempo: as polarizações que regem as narrativas reconhecidas como escândalos

*Characters, space, laws of organization and time: polarizations that rule the narratives recognized as scandals*

**Clara Bezerril Câmara**

clarabcamara@gmail.com

Jornalista e Internacionalista. Mestre (UFPB) e Doutora (UFF) em Comunicação. Pesquisadora de pós-doutorado (bolsista Capes Brasil/Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação) no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da UERJ, integrante do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (Lemep).

## Resumo

Neste artigo, propomos compreender a polarização – ou polarizações – como parte de uma política narrativa, um emaranhado de estratégias narrativas que são apropriadas pelo jornalismo para narrar suas visões de mundo. E, para expor esse entendimento, partimos da análise de narrativas jornalísticas que estimulam a ideia de escândalo político. A partir desse entendimento, apresentamos um movimento específico de enxergar as polarizações, propondo quatro polarizações que nos auxiliam a compreender essas narrativas ditas escandalosas: a) a polarização personalista/partidária, b) a democrática/caótica, c) a legal/informal e d) a fantástica/ordinária. Ao acenar para a validade desse movimento, espera-se reforçar que, ao ser vista como parte dessa política narrativa que abarca o sentido de “mentalidade”, a própria noção de polarização precisa ser revisitada. Abandona-se seu caráter intrinsecamente dual e literal e passa-se a vê-la como um processo narrativo, constituidor de sentidos – como os que auxiliam a fundar a ideia artificial de escândalo político.

**Palavras-chave:** polarizações, escândalos políticos, narrativa.

## Abstract

In this paper we propose to understand polarization – or polarizations – as part of a narrative policy, a tangle of narrative strategies that are appropriated by journalism to narrate its worldviews. To expose this understanding, we start with the analysis of journalistic narratives that stimulate the idea of political scandal. Starting from this understanding, we present a specific movement to see the polarizations, proposing four polarizations that help us to understand these so-called scandalous narratives: a) the personalist/political party-based polarization, b) the chaotic/democratic, c) the legal/informal, and d) the fantastic/ordinary one. By pointing to the validity of this movement, we hope to reinforce that, when viewed as part of this narrative policy that embraces the sense of “mentality”, the very notion of polarization needs to be revisited. Its intrinsically dual and literal character is abandoned, and it becomes a narrative, sense-making process – like those that help to create the artificial idea of political scandal.

**Keywords:** polarizations, political scandals, narrative.

## 1. Introdução

“Polarização é algo normal. E, eu acrescentaria, ceticismo quanto à democracia liberal também é normal. E o apelo do autoritarismo é eterno”, escreveu a jornalista

estadunidense Anne Applebaum em um artigo<sup>1</sup> sobre os contextos que levavam à fragmentação da democracia.

<sup>1</sup> Trata-se do artigo intitulado “O que está por vir”, veiculado na *Revista Piauí*, em novembro de 2018. Cf. APPLEBAUM, 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-pior-esta-por-vir/>>. Acesso em: 2 dez. 2018.

Applebaum apresenta as situações de países como Polônia, Hungria e França, para discutir algo que foi ficando cada vez mais palpável na realidade brasileira, embora ainda difícil de apreender plenamente: os ciclos que levam ideias e ideais políticos, que andam juntos ou em frágil harmonia por um tempo, a se distanciarem, até se constituírem em partes opostas e totalmente incompatíveis com uma mesma realidade.

Ao longo dos últimos anos, vimos todos esses elementos citados pela jornalista catapultarem uma situação de crescente imprevisibilidade política. No cenário atual brasileiro, a polarização se mostrou mais uma vez, quando permitiu a eleição de um candidato presidencial conhecido por suas declarações controversas<sup>2</sup>, que parece ter sido guindado à presidência pela extrema rejeição<sup>3</sup> que o seu oponente e seu partido suscitavam. Isso, mesmo que, em sua fala, ficasse explícita a contradição em se apoiar um candidato de alinhamento escancarado com um período antidemocrático em prol da manutenção da democracia. Entende-se, então, que a contradição não enfraquece a polarização. Pelo contrário, ela é um de seus elementos constitutivos.

Pensando nisso, aqui, propomos compreender a polarização – ou polarizações – como parte de uma política narrativa, um emaranhado de estratégias narrativas que são apropriadas pelo jornalismo para narrar suas visões de mundo. E, para expor esse entendimento, partimos da análise de narrativas jornalísticas que estimulam a ideia de escândalo político. A artificialidade dessa ideia, então, emerge como palco privilegiado para o que queremos demonstrar.

Em trabalho prévio (Câmara, 2019), discutimos a pertinência de desapropriar a noção de que escândalos políticos têm sentido próprio e anterior aos acontecimentos. Da maneira como são veiculadas nos jornais, essas narrativas são melhor compreendidas se vistas como uma “mentalidade”, uma capacidade de julgar determinados eventos

que o jornalismo desenvolve, provendo uma urgência diferenciada para certas situações<sup>4</sup>.

É partindo desse entendimento que, neste artigo, apresentamos um movimento específico de enxergar as polarizações, propondo quatro polarizações que nos auxiliam a compreender essas narrativas ditas escandalosas: 1) a polarização personalista/partidária, 2) a democrática/caótica, 3) a legal/informal, 4) a fantástica/ordinária. Ao acenar para a validade desse movimento, espera-se reforçar que, ao ser vista como parte dessa política narrativa que abarca o sentido de “mentalidade”, a própria noção de polarização precisa ser revisitada. Ela sai de seu caráter intrinsecamente dual, passando a ser um processo. No caso do jornalismo, ao se apropriar dessas polarizações para narrar as disputas políticas engendradas pela ideia artificial de escândalo, esse processo ganha contornos próprios – e ainda não totalmente analisados, pois discutidos apenas em seu sentido literal.

Para chegar a essas polarizações, propomos alterar o olhar em relação à concepção dos escândalos políticos nas narrativas jornalísticas, observando eventos explicitados na imprensa na década de 1950 (nos jornais *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa*) e nas décadas dos anos 2000 (no jornal *O Globo*), reconhecidos sob o signo do “mar de lama”<sup>5</sup>.

## 2. As formas que monopolizam – as polarizações nas narrativas de escândalos políticos

A proposta das quatro polarizações que apresentamos neste artigo é resultado de uma exploração das narrativas jornalísticas de eventos ocorridos em dois períodos: a CPI da Última Hora, passada no segundo governo de Getúlio Vargas, em 1953, e observada nos jornais *Última Hora*

4 A noção do escândalo político como uma “mentalidade” foi amplamente discutida em trabalho anterior. Por questões de recorte e limitações de espaço, aqui decidimos apresentar as quatro polarizações que mapeamos nas narrativas dos ditos escândalos e se associam a essa mentalidade. De maneira resumida, no entanto, frisamos que, ao ser visto como mentalidade, o escândalo passa a ser uma maneira de julgar os acontecimentos, de acordo com os requisitos estabelecidos para se traduzir um malfeito em algo maior. No jornalismo, obviamente, esta mentalidade está relacionada com o próprio *ethos* profissional, com a maneira como são estabelecidos os códigos de abordagem aos fatos. Cf. Câmara, 2019.

5 A expressão “mar de lama”, até hoje, tem sua concepção remetida a Getúlio Vargas. Essas foram as palavras usadas por Getúlio Vargas, em 1954, para se referir aos inúmeros casos de corrupção que estavam emergindo das investigações do famoso atentado da Rua Tonelero, em que Carlos Lacerda, um de seus principais opositores, tinha sofrido uma tentativa de assassinato. O principal suspeito estava sendo implicado em diversas denúncias de suborno, empréstimos irregulares e contato com criminosos profissionais (CPDOC), e, principalmente, estava sendo conectado ao próprio Vargas. Já nos anos 2000, essa expressão foi retomada para reforçar a ideia de que os escândalos expostos nos governos petistas constituíam uma situação política cada vez mais grave, difícil de ser dissipada.

2 Refere-se à eleição de Jair Bolsonaro (PSL), em 2018, e suas declarações de apoio ao período ditatorial ocorrido no Brasil. Como exemplo dessa postura, pode-se apontar a entrevista dada ao Jornal da Band, da TV Bandeirantes, em que o político afirmou: “Eu mostrei [...] e hoje em dia grande parte da população entende, que o período militar não foi ditadura, como a esquerda sempre pregou”. Entrevista realizada após a eleição de Bolsonaro, veiculada em 29 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ltUN6iBMroQ>>. Acesso em 12 nov. 2018.

3 À época das eleições presidenciais de 2018, a rejeição ao candidato do PT, Fernando Haddad, e também ao seu partido, foi um dos grandes pontos de debate na imprensa. Aqui, relembramos uma matéria veiculada pela BBC, em que o cientista político Antonio Lavareda afirmou: “O segundo turno é uma eleição em que a rejeição aos candidatos tem um papel essencial. Quem deve ganhar é o candidato que tem a menor rejeição”. Cf. Costa & Mori, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45793212>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

e *Tribuna da Imprensa*; as situações identificadas como escândalos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2016, veiculadas no jornal *O Globo*. Ambos os momentos são apontados, em circunstâncias diferentes, sob o signo do “mar de lama”<sup>6</sup>.

Cabem, portanto, algumas considerações a respeito da nossa busca por indícios nessas narrativas. A primeira delas é esclarecer que não se tratou de comparação entre momentos históricos distintos. Foi na década de 1950 que a expressão “mar de lama” ganhou seu sentido mais conhecido e que nos guiou pelas concepções de escândalos políticos impressas nos jornais; nela está a ideia de que a corrupção ganha grandes proporções e parece “engolir” um determinado governo e/ou personagens específicos da política. Esse período também coincide com o que se convencionou chamar de “modernização” do jornalismo brasileiro, cujas transformações passaram a indicar uma tentativa de alinhamento entre o jornalismo nacional e o modelo estadunidense, guiado pelo ideal da objetividade, que até hoje faz parte da mítica profissional jornalística (cf. Goulart Ribeiro, 2007).

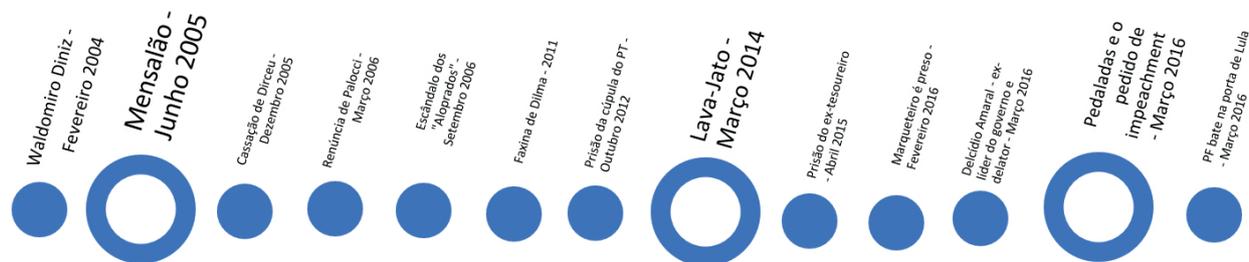
Ao observar esse material da década de 1950, que entendemos como *corpus* complementar, o que se buscou fazer foi organizar algumas categorias preliminares que nos ajudariam a pensar as categorias finais, utilizadas para analisar os escândalos da Era PT, em seu “próprio”

mar de lama. A ideia, então, era que os escândalos do “mar de lama de Vargas” nos oferecessem algumas pistas sobre permanências e transformações nas formas narrativas dos escândalos que vimos desdobrar-se nos 13 anos dos governos petistas.

Já em relação ao *corpus* que chamamos de principal, focado no jornal *O Globo*, esclarece-se nossa escolha guiada por três razões principais: 1) pela penetração que este periódico usufrui no mercado jornalístico brasileiro, estando, nos últimos 20 anos, no *ranking* de cinco periódicos mais vendidos; 2) pela posição que esse veículo se autoimpõe como representante do jornalismo de referência brasileiro; 3) pelo levantamento que ele realizou, à época do *impeachment* de Dilma Rousseff, dos escândalos que marcaram os governos do PT.

Por fim, destaque-se que, na observação da década de 1950, seguimos o procedimento de atentar para as capas das edições e, quando nelas houve menções à CPI, acompanhar as matérias no interior dos jornais. Já nos anos 2000, essa observação inicial foi feita com base nas capas de *O Globo* entre janeiro de 2003 e dezembro de 2016. Como foram muitos escândalos e, conseqüentemente, um recorte temporal extremamente dilatado, construímos uma linha do tempo específica para essa análise, com base nas informações coletadas do *corpus* principal<sup>7</sup> (Figura 1).

Figura 1 – Linha do tempo dos escândalos da Era PT, de acordo com o jornal *O Globo*



Fonte: produzido pelo autor.

Nesse contexto de análise exploratória, a quantidade de matérias analisadas não foi contabilizada. Entende-se que, para nosso objetivo, a quantificação dessas peças não era o primordial. Afinal, o que se pretendia era identificar indícios que nos auxiliassem com a análise final, ou seja, apontar marcas narrativas que indicassem algum tipo de

<sup>6</sup> Esclarece-se que a expressão “mar de lama” foi trabalhada – e problematizada – na tese da autora (cf. Câmara, 2019) como uma “guia narrativa” que conectou dois tempos distintos. A expressão “mar de lama”, até hoje, tem sua concepção remetida a Getúlio Vargas. Essas foram as palavras usadas por Getúlio Vargas, em 1954, para se referir aos inúmeros casos de corrupção que estavam emergindo em seu governo. Já nos anos 2000, essa expressão foi retomada para reforçar a ideia de que os escândalos expostos nos governos petistas constituíam uma situação política cada vez mais grave, difícil de ser dissipada.

polarização nessas narrativas sobre escândalos e que se repetissem na narração de eventos.

Na observação que desenvolvemos, unimos as diretrizes da análise crítica de narrativa (Motta, 2013) a uma tentativa de reconstituição de contextos, que se tornou possível a partir da articulação de pressupostos do paradigma indiciário, como proposto por Ginzburg (1989). Como aponta Braga (2008), a base deste paradigma não é colher e descrever indícios, mas selecioná-los e orga-

<sup>7</sup> Nesse contexto de análise exploratória, a quantidade de matérias analisadas não foi contabilizada. Entende-se que, para nosso objetivo, a quantificação dessas peças não era o primordial. Afinal, o que se pretendia era identificar indícios que nos auxiliassem com a análise final, ou seja, apontar marcas narrativas que indicassem algum tipo de polarização nessas narrativas sobre escândalos e que se repetissem na narração de eventos.

nizá-los para fazer inferências. O paradigma também se destaca por desvelar esses elementos, a partir da articulação que propõe com a questão do tempo.

Nesse contexto, dois pontos ressaltam de imediato. O primeiro deles é a própria relação entre narrativa e tempo, quando da representação de escândalos políticos no jornalismo, atentando para um distanciamento do estruturalismo. Para isso, seguimos a percepção de Ricoeur (1995), para quem narrativa e tempo humano são indissociáveis e se relacionam mutuamente, a primeira como jogo de linguagem e o segundo como uma forma de vida. Pensamos, assim, na dependência que o jornalismo desenvolveu dessa simbiose.

Articulamos esse pensamento na mais elementar concepção de experiência de tempo, que abarca o cronológico, mas também o expande, e a mais básica ideia de narrativa, a capacidade de se colocar fatos aleatórios em uma sequência lógica de eventos. No jornalismo, essas duas noções combinadas se desdobram nas já convencionais narrativas lineares. Vislumbramos, nessas narrativas jornalísticas, a experiência humana do tempo (Ricoeur, 1995), com uma temporalidade própria (Dalmonte, 2009) – seja ao reivindicar a legitimidade de narrações de passado (Matheus, 2010) ou ao construir uma experiência social do tempo presente (Franciscato, 2005).

Sabemos, a formulação “moderna” do jornalismo, à qual estamos habituados, trata a linearidade como preceito basilar. Ao mesmo tempo, como se não representasse um dilema, o jornalismo também inverte e embaralha esse mesmo tempo cronológico, na medida em que seleciona os fatos que são mais importantes e devem aparecer primeiro em uma notícia. Fazemos referência, aqui, à extensamente explorada pirâmide invertida do jornalismo (Genro Filho, 1987; Lage, 1979), chegando até, atualmente, a ser descrita como “deitada” (Canavilhas, 2006).

Se, antes, ao ritmo do modelo francês, as narrativas jornalísticas, ao narrar um acontecimento, privilegiavam a sequência cronológica em que os fatos sucederam, à luz do modelo estadunidense, a narrativa passou a ser dinamizada pela ideia do “mais importante primeiro”, resumida nas perguntas “quem”, “o quê”, “como”, “quando” e “onde”. É uma cronologia particular – compreendendo que a cronologia é uma ordenação segundo a sucessão no tempo – que só faz sentido porque já estamos habituados a ela.

Clarifica-se, então, o imbróglio do primeiro ponto: essa cronologia particular ganha outros aspectos quando se trata de narração de escândalos políticos no jornalismo. Os escândalos incluem novos elementos nessa lógica não sequencial. Exigem que se faça uma reconfiguração do tempo, mais uma vez, para que as narrativas sejam compreendidas – ao menos para que sejam compreendidas nos termos pretendidos. Essa reconfiguração, em grande

medida, pode ser entendida como associada à constituição da intriga.

Ricoeur (1995), ao trabalhar com a categoria de intriga, a define como sendo “um todo inteligível que governa uma sucessão de eventos em qualquer história” (Ricoeur, 1995, p. 167) e constitui um ponto de partida pertinente. Uma história é feita de eventos, na medida em que o *plot*/trama transforma esses eventos em uma narrativa coerente. No entanto, é preciso destacar que toda narrativa associa as dimensões cronológica e não cronológica.

Trazendo essa reflexão para o nosso objeto, lembra-se que um escândalo não se faz de um dia para o outro. Ele pressupõe uma cadeia de acontecimentos, mas, mais do que isso, pressupõe uma construção de eventos, que vão ganhando força na medida em que são expostos. Não há completude em uma narrativa de escândalos, há complementaridade. Os eventos não se bastam em si; eles não são, sozinhos, eventos necessariamente escandalosos. Eles precisam ser colocados dentro de uma cadeia de eventos para ganhar tal *status*. Mas, ainda assim, resguardam seu caráter linear.

O tempo, na narrativa jornalística, é linear e se associa com as histórias de forma a torná-las compreensíveis em uma dimensão sequencial. Mas, por outro lado, escândalos políticos são um emaranhado de eventos, ocorridos em tempos distintos ou simultaneamente, embora sejam dispostos em uma sequência linear, aparentemente lógica. A combinação das dimensões episódica e configurável, da cronológica e não cronológica, é fundamental para que isso ocorra.

Ainda, derivado dessa combinação, está um segundo ponto problemático: os elementos dos escândalos políticos não são dados, todos, de uma vez. Eles, além de serem emaranhados, também não são conhecidos ao mesmo tempo. Esses elementos vão sendo inseridos episodicamente na cronologia falsamente linear da narrativa jornalística aos poucos, na medida em que são descobertos ou, se já conhecidos, quando se tornam importantes para a narrativa que se pretende expor.

O que poderia ser capaz de unir, então, essas duas dimensões de maneira mais coesa, no jornalismo? Especialmente se tratando de escândalos políticos, essa coesão aparece vinculada à ideia de uma ordem político-social. O jornalismo provê essa base legal através de seu próprio sistema de leis que narram eventos. Se, como argumenta White (1980), do conto popular à novela, toda narrativa tem a ver com temas como a lei, a legalidade e legitimidade, nada é mais normativo do que o jornalismo para investigar essa estrutura organizadora e legitimadora.

Ainda nessa linha de raciocínio, sabendo desse caráter autoritário da narrativa, determinar sua forma no jornalismo é um desafio, principalmente pela elementar dificuldade em se indicar o que é essa forma. Separá-la do conteúdo, sabendo a importância que este desempenha

para a sua própria conformação, constitui o grande esforço que buscamos empreender. Mas por onde buscar essa forma no jornalismo?

Essa busca poderia ser feita em qualquer narrativa jornalística, se nossa argumentação é coerente. No entanto, escolhemos como objeto de análise os escândalos políticos. E não é coincidência que a própria noção de escândalos políticos também pressuponha um sistema legal e uma carga moral, que são desrespeitados, sendo essa quebra considerada uma de suas principais características.

Apesar do aparente paradoxo – serem baseados em um sistema de regras que precisam ser quebradas para que existam –, os escândalos políticos são também orientados por regras que, aparentemente, os fazem ser o que são. Essas regras, como bem sistematizou Thompson (2002), estão presentes desde a sua identificação, o que os distingue de outros eventos políticos, até a sua publicização, ou a recorrente discussão sobre se há escândalo sem que se saiba sobre a contravenção.

Tendo em vista todo o sistema de regras que circunda os escândalos, e também o sistema legal em que a narrativa se funda, como o jornalismo constitui e consolida seu próprio esquema normativo é o ponto-chave que o paradigma indiciário pode auxiliar a desvelar. E, ao fazer isso, propicia a reflexão a respeito de como esse jornalismo dialoga com o próprio sistema democrático, em prol da manutenção de seu pretenso papel de destaque.

Pensar o escândalo como regido por uma mentalidade que organiza formas narrativas – a fim de estabelecer uma maneira de ver e perceber determinados acontecimentos – diz respeito a perceber as estruturas que proveem as bases da narração política nos jornais. Os escândalos nos dizem quem observar, quem rechaçar, em quem confiar, assim como o que fazer para se manter na linha, quais comportamentos são condenáveis e quais não são tão vexatórios assim. E, dentro dessa política narrativa, as polarizações figuram como peças fundamentais para organizar essa narração.

### 3. As polarizações – multiplicidade e contradições nas análises das narrativas jornalísticas

A observação, categorização e posterior análise das polarizações que apresentamos levam em consideração a multiplicidade e a contradição, por entender que a polarização não é um jogo de soma zero. Apesar do nome, ela não lida apenas com oposições diretas. Lida também com gradações dessas oposições, que podem se aproximar ou se distanciar, com o passar dos anos.

Dito isso, cabe ainda reforçar o que vem sendo discutido até este ponto: se, no jornalismo, suas narrativas se configuram no próprio conflito e, na maneira como entendemos, na polarização, como se poderiam entender

os escândalos políticos fora desse enlace? Como essas narrativas fundadas na polarização podem oferecer qualquer outro tipo de compreensão da dinâmica política, se não também polarizações?

Essas formas, da maneira como enxergamos, são os elementos-guia principais das narrativas jornalísticas sobre o que se vê como escândalos políticos. Elas são, essencialmente, polarizações que estão presentes na narrativa e que apresentam, guiam e consolidam os debates políticos em termos de dualidades. Mas não são quaisquer dualidades. São dualidades muito específicas e que podem ser vistas como as bases de entendimento do que caracteriza essas narrativas escandalosas no jornalismo.

Motta e Guazina (2010) já discutiram que o conflito é a categoria estruturante da narrativa jornalística. Os autores, no entanto, deixam-nos um caminho para pensar diante dessa compreensão: que tipo de conflito marca esta narrativa? E, especialmente para o nosso interesse, há alguma especificidade no conflito que funda as narrativas de escândalos políticos no jornalismo? Ou seja, que tipo de conflito está presente ou pode ser a força motriz das narrativas escandalosas?

Os autores consideram o conflito como algo além de valor-notícia, enxergando-o como “uma metacategoria dramática estruturante do que virá a ser uma notícia sobre a política” (Motta e Guazina, 2010, p. 134). Mas eles não estão preocupados especificamente em compreender o escândalo político, apenas utilizam o exemplo de um para discutir o conflito como esta metacategoria estruturante do jornalismo. Em sua tese de doutorado, Guazina (2011) desenvolve uma argumentação centrando a discussão no escândalo do Mensalão e vislumbra o conflito protagonizado entre o Estado e o jornalismo como um meio de legitimar o lugar do jornalismo como “um poder e ator fundamental da cena pública” (2011, p. 19).

Essas duas ideias são fundamentais para estruturar não apenas a nossa discussão, mas também as categorias que sistematizamos e apresentamos adiante. Da maneira como vemos, o conflito é, sim, uma metacategoria (Motta põe assim, mas pensamos em forma narrativa) estruturante da narrativa política, e também do jornalismo. As narrativas jornalísticas, em especial as sobre política, se fundam na possibilidade do conflito, que aqui julgamos mais claro tratar por polarização. Por quê? Porque, diferentemente do conflito, a polarização permite pensar a longo prazo, não pressupõe uma resolução. A polarização permeia e não precisa ser dissipada. Ao contrário. Ela é um processo que sustenta alguns dos sentidos primordiais do jornalismo. E do escândalo, que é a narrativa que nos interessa.

Pensemos que é factível que a polarização seja o ponto-chave da narrativa escandalosa. Poder-se-ia argumentar, com razão, que ela está presente em todas as notícias, em maior ou menor grau, mas principalmente nas de política. Uma das grandes ordenações propostas pela

“modernização” do jornalismo, a ideia de que há sempre dois lados para serem apresentados, dá-nos algumas pistas sobre como essa polarização permeia as narrativas jornalísticas. Ao procurar por lados, tenta-se opor visões distintas, ou, mesmo que complementares, que tragam uma oposição; como se a tentativa de expor mais de um “lado” de uma questão já fosse uma garantia suficiente de que as múltiplas facetas de uma realidade estão sendo apresentadas. O jornalismo dito “moderno”, então, é um jornalismo de polarizações, desde sua base estilística, chegando até a ética de sua cultura profissional.

Então, retomando Motta e Guazina (2010), podemos pensar que a polarização é um elemento constitutivo das narrativas jornalísticas, ou conflito, mas que existem vários tipos de polarização. Há diferentes tipos de polarização que permeiam e dão identidade às narrativas jornalísticas. Cada escândalo aciona polarizações específicas. Quais seriam, então, esses diferentes tipos?

Foi essa a pergunta que nos guiou e estabeleceu as categorias que seriam usadas para observar os “mares de lama”. Tomamos por pressuposto, então, o jornalismo como instituição (Franciscato, 2003; Genro Filho, 1987; Zelizer, 2004). Esta instituição inscreve de uma maneira particular a sua compreensão de escândalo na nossa cultura, atravessada que é por sua própria cultura profissional. Para finalizar, esclarecemos, ainda, que essas polarizações foram pensadas primeiro a partir de categorias dedutivas. Por isso, elas foram tratadas essencialmente como “indícios”. Foi a partir desses indícios que gestamos o que agora apresentamos como polarizações.

**a) A polarização personalista/partidária. Nela, há inserção do político, em oposição ao partido, como um ator-chave para a compreensão das disputas políticas.**

O personalismo nas representações políticas na mídia tem aparecido, em linhas gerais, atrelado à discussão sobre o declínio da importância dos partidos políticos nas democracias representativas, em que alguns autores afirmam que os partidos políticos perderam a posição central de mediadores do debate político entre a sociedade e os políticos, e que os meios de comunicação agora seriam os responsáveis por tal mediação. Esta “lógica da substituição”, como definida por Albuquerque e Dias (2002), é encontrada nos trabalhos de Manin (1995), Wattenberg (2009) e Sartori (1994).

No Brasil, Albuquerque e Dias (2002) trataram esse tema sob essa perspectiva, mas atentando para uma questão de especificidade cultural. Isso porque, de acordo com os autores, não seria consistente discutir sobre um possível declínio da importância dos partidos políticos, já que “a vida política no Brasil jamais se estruturou em torno de um sistema partidário sólido” (Dias e Albuquerque, 2002,

p. 318). Com uma abordagem mais cautelosa, os autores deixam de lado a visão apocalíptica apresentada por Wattenberg (2009) e Manin (1995), por exemplo, sobre os efeitos devastadores que os meios de comunicação exercem sobre o mundo da política.

A partir dessas discussões, buscou-se pensar em uma forma narrativa que fosse capaz de abarcar esse foco da experiência política em um jogo entre personagens, levando também em consideração essa oposição a uma abordagem que, aqui, chamamos de “partidária”, que teria o enfoque voltado para atribuir peso e valor aos partidos políticos dentro do jogo político.

Na prática, além de considerar a oposição políticos/partidos, essa forma narrativa observa a implicação do presidente em um escândalo como uma prerrogativa para o seu desenvolvimento e duração. Essa polarização preconiza, então, um foco na disputa, em que o presidente desempenha um papel importante e suas ações são dotadas de um simbolismo próprio. É ele quem dita a gradual atenção que é dada às ações políticas no que é noticiável: quanto mais próxima do seu domínio, quanto mais relacionada às suas atividades, quanto mais o implicar, mais tem apelo de valor-notícia (Wolf, 1999).

**b) A polarização democrática/caótica. Nela, há sempre uma relação entre escândalo e compromisso democrático que pode ser identificada nas narrativas jornalísticas, em oposição a uma ideia de falta de ordem ou caos. Esse caos, polarizado pela ideia de ordem democrática, seria substancialmente alavancado pelos malfeitos que dão origem aos escândalos.**

Trata-se da oposição entre democracia e caos, advindo da ideia de uma quebra da democracia. Aqui, escolheu-se tratar de uma negativa à democracia em termos de falta de ordem, ou falta de alinhamento com tal sistema de governo, mais do que ditadura militar ou governo autoritário, por entender que há uma sutileza que permeia essa oposição. Na década de 1950, por exemplo, no mar de lama de Vargas, os escândalos políticos e a engrenagem de corrupção que era enaltecida eram tratados como ataques à própria democracia. Mas a oposição não se dá com os militares porque, quando se expõem os escândalos, o comportamento dos militares é enaltecido. Eles são colocados como garantidores da ordem democrática, vigilantes da sociedade.

Essa ideia retorna com outra roupagem nos escândalos dos anos 2000. Depois da abertura democrática no final da década de 1980, durante mais de 20 anos, a relação com a pretensa ordem proporcionada pelos militares e seus governos se manteve em repouso. Mas, retomando a citação de Applebaum, “o apelo do autoritarismo é eterno”. A cada nova narrativa sobre escândalos que era apresentada,

pode-se pensar que eram reforçadas as concepções de que a democracia flertava com a possibilidade de caos, principalmente no que diz respeito a essas tentativas de manter a ordem na prática política. Reside aqui a ideia de que, na democracia, não se tem total controle do que deve ser feito e do que está, de fato, sendo feito.

Além disso, por seu apelo ao nacionalismo que reveste tanto a democracia quanto o desejo pelo autoritarismo, esta polarização suscita a oposição entre o sentimento de proteção nacional e o de desmonte do país. Nesse sentido, ela tem relação direta com a noção de mar de lama, na medida em que as ideias de intensidade, magnitude e perda de um horizonte confiável, na política, estão sempre evidenciadas em suas narrativas. É nesse contexto que é adicionado o componente da luta em prol do regime político que tende a colocar o papel do jornalismo como intrínseco a essa luta.

Em 1950, no mar de lama varguista, essa polarização democrática se apresentou com mais elementos do enaltecimento nacionalista do que propriamente perseguindo a cartilha democrática, mas, à época, como vimos, essas duas ideias encontravam-se imbricadas. Nos escândalos da Era Lula/Dilma, porém, a polarização democrática ganhou contornos distintos. Valendo-se ainda dos elementos nacionalistas, mas também fortemente apoiada na polarização legal/informal, passou-se a perseguir os malfeitos explicitados como atentados à legislação brasileira que, por sua vez, atingiam o desenvolvimento nacional e, por fim, a segurança democrática. É uma leve reversão, embora os elementos continuem sendo basicamente os mesmos.

**c) Polarização legal/informal, em que há uma oposição entre atos de corrupção – a quebra de leis e de atitudes esperadas dentro de um sistema de normas – e a clareza e a correção dos atos políticos. Suscita, ainda, mecanismos informais de atuação que possibilitam essa quebra de regras e, junto com isso, quebra de valores morais.**

Esta seria uma oposição de motivação legal, a polarização entre leis estabelecidas e suas contravenções. Essa polarização é marcada por narrativas que enfatizam que leis foram quebradas, que os personagens infringiram determinados códigos legais. Normalmente, essa polarização vem acompanhada da consequência legal dessas infrações, que são as punições. Poderíamos, então, pensar que a polarização legal também está atrelada a narrativas que colocam o Poder Judiciário em destaque – atestando, inclusive, a pertinência de se pensar a judicialização da política e a politização da justiça, como aponta Santos (2003). Mas seu foco maior recai na ordem que é quebrada, na estrutura organizacional que teve seu funcionamento danificado. Em suma, a polarização aqui se caracteriza pela lei *versus* quebra de lei.

Por sua vez, seu polo oposto está relacionado com uma estrutura informal de organização política, que muitas vezes possibilita ou é a justificativa para os malfeitos. Dentro dessa estrutura informal de “permissividade”, os valores morais precisam ser colocados em suspenso ou mesmo ressignificados. É nesse sentido que, dentro dessa polarização, há elementos que se relacionam intimamente com questões de quebra – e sustentação – da moral. A ideia de escândalo, então, pressupõe a quebra de normas ou de expectativas (Thompson, 2002), e a dimensão que o escândalo em questão é capaz de tomar depende do contexto sócio-histórico do acontecimento, já que leva em consideração quais são as expectativas e as normas de uma determinada sociedade, em um dado tempo. E a mídia, tendo o jornalismo dentro de seu espectro, tem uma atribuição fundamental na consolidação dessas normas. A sua capacidade normativa transborda não apenas em seus discursos diretos, mas na forma como esses discursos são apresentados.

Sendo este um dos pontos basilares da noção de escândalos políticos de poder, já que não há escândalo sem que haja uma barreira moral ultrapassada, esta polarização também se apresenta no mar de lama na medida em que suscita toda uma ideia de sujeira, de lama, que não pôde ser contida, e que agora transborda. Estar envolvido em um mar de lama, no sentido em que a expressão foi propagada, é estar envolto em dilemas morais, em transposições desses dilemas.

**d) Polarização fantástica/ordinária, em que há oposição entre elementos comuns do jogo político e situações incomuns, extraordinárias e, muitas vezes, engraçadas, que são incorporadas à narrativa como se fossem corriqueiras.**

De maneira geral e muito reduzida, a literatura fantástica é caracterizada como tendo uma narrativa que mistura elementos e eventos extraordinários com comuns (Todorov, 1975; Propp, 2002). Situações absurdas, personagens do “além-mundo”, todos passam a ser incorporados à narrativa, em meio a acontecimentos normais, fazendo com que o que se conhece por “realidade” e não realidade se confundam. O ponto crucial é que, uma vez parte da narrativa de acontecimentos comuns, esses elementos fantásticos passam, eles mesmos, a serem vistos como normais. E é nesse sentido que enxergamos os indícios para a polarização fantástica/ordinária.

Essa articulação acontece quando, ao descrever eventos políticos, notoriamente alinhados com sobriedade e seriedade, apresentam-se elementos considerados estranhos – e até incompatíveis – como se fizessem parte da normalidade da situação. Aqui, entraram na observação personagens improváveis, situações indecorosas e um fio de humor e ironia que se entrelaçam.

Para haver a ideia de escândalo, no jornalismo, parece ser preciso que se constitua uma oposição entre o mundo dito real e o mundo não real. É interessante apontar esse desvio, porque ele tende a ter vários elementos que rompem com o ideal do jornalismo “moderno”. Pois, ao mesmo tempo que podem ser compreendidas nos termos do cumprimento de um serviço para a manutenção da democracia, essas coberturas resguardam também um grande potencial de entretenimento. Essa questão se torna importante de ser encarada, principalmente ao se considerar o posicionamento de relevantes grupos jornalísticos do país a favor de um golpe parlamentar (Santos, 2017) sob a bandeira da luta pela democracia, ficando evidente a contradição – ou defasagem – que existe entre o ideal jornalístico e seu exercício prático.

Além disso, nesta polarização, a questão do tempo também desempenha um papel importante. Assim como a categorização de “literatura fantástica” propõe uma subversão do tempo presente, nessa polarização o tempo também se transmuta em formas distintas. E essa transmutação, que poderia ser vista como estranha ao entendimento de uma narrativa jornalística que tem como parâmetro o tempo presente, também é normalizada. Está inserida nessa polarização, então, a compreensão que tratamos como normalizada, de que os eventos descritos como escandalosos se passaram em outro tempo distinto do presente, mesmo que suas consequências estejam sendo discutidas como se tivessem ocorrido ontem, ou na semana passada. Passado, presente e futuro se imbricam para dar forma e sentido a uma narrativa.

A representação que ilustra a ideia de “mar de lama” também está presente nesta polarização. Ela apresenta um rompimento tão demarcado com o cotidiano que, para ser entendido, é preciso que se abstraia de que, na realidade, ele não existe. A alegoria de um mar de lama tomando espaços, tempos e personagens políticos, inundados por malfeitos, só existe no mundo da fantasia, justamente na polarização que se funda entre o que se admite por real e a sua variação de não real. Nesse entrelugar, é possível vislumbrar um ritual político que, longe da seriedade imposta ao seu exercício, é também um circo.

O “mar de lama” só faz sentido – e é escandaloso – porque transmite uma dimensão de quebra da ordem, de caos irreparável, mas também brinca com o apelo ao sensível (Sodré, 2006), abrindo uma conexão com o fantástico. Afinal, nunca foi só uma batalha ética; tem sido uma longa batalha estética.

#### 4. Considerações finais

Neste trabalho, propusemos a reflexão de que o jornalismo gerencia e estimula as polarizações nas narrativas de escândalos políticos. E, ao fazer isso, oferece-nos a face

que o jornalismo “moderno”<sup>8</sup> tenta evitar em sua auto-proclamada imagem de objetividade, impassível diante da explicitação do caos suscitado pela narrativa dita escandalosa e comprometido com a sustentação da democracia. Ao fazer isso, também, o jornalismo instaura uma maneira específica de visualizar as situações que estão sendo narradas, capaz de ordenar e dar um sentido próprio a uma série de eventos.

Sem essas polarizações acionadas, parece-nos, não tem como o entendimento do que é narrado ser plenamente compreendido como um escândalo. Por isso, julgamos profícuo ampliar a compreensão em torno do que tem sido essa ideia flexível de escândalo político, mas também buscar requalificar esse termo que tem sido tão usado: a polarização. Esse termo parece abarcar tantas contradições ainda inexploradas – e são essas mesmas contradições sua contribuição mais valiosa para os debates de jornalismo.

Olhamos para personagens, espaços, leis e regimes de temporalidades, e afirmamos: as narrativas ditas escandalosas, no jornalismo, são constituídas por uma associação, um aglutinamento, de polarizações. E, admitindo como pertinente esse caminho interpretativo, apresentamos essas quatro polarizações como uma via possível de análise para essas narrativas, já que as atuais aproximações tendem a se tornar inconsistentes, diante da própria inconsistência das narrativas escandalosas em estabelecerem sentido por si mesmas.

#### Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso de; DIAS, Márcia Ribeiro. 2002. Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2(2):309-326, dezembro. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/104/100>>. Acesso em: 1 jun. 2019.
- APPLEBAUM, Anne. O pior está por vir. *Revista Piauí*, edição 146. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-pior-esta-por-vir/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- BRAGA, José Luiz. 2008. Comunicação, disciplina indiciária. *Matriizes*, 1(2): p. 73-88.
- BARBOSA, Marialva. 2007. *História cultural da imprensa – Brasil -1900-2000*. Rio de Janeiro, Mauad Editora.
- CÂMARA, Clara Bezerril. 2019. *A “mentalidade escândalo”: uma análise das narrativas de malfeitos a partir das polarizações suscitadas pelo jornalismo brasileiro*. Niterói, RJ. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 260 p.
- CANAVILHAS, João. 2006. *Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada*. Covilhã, Universidade da Beira Interior.

8 Fazemos referência à ideia de “modernização” do jornalismo. Esse processo é discutido por diversos autores, tais como Barbosa (2007) e Goulart Ribeiro (2007), e com ele se identificam alterações no estilo e na maneira de experienciar o jornalismo brasileiro, comumente associado às décadas de 1950 e 60.

- COSTA, Camilla; MORI, Leticia. Eleições 2018: Segundo turno será 'disputa da rejeição'. *BBC Brasil*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45793212>>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- DALMONTE, Edson Fernando. 2009. *Pensar o discurso no webjornalismo: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência*. Salvador, Edufba.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. 2005. O jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Uerj, 5 a 9 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/147309229542103229423892634820623515117.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- GENRO FILHO, Adelmo. 1987. *O segredo da pirâmide (para uma Teoria Marxista do Jornalismo)*. Florianópolis, SC. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 276 p.
- GINZBURG, Carlo. 1989. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GOULART RIBEIRO, Ana Paula. 2007. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro, E-papers.
- GUAZINA, Liziane Soares. 2011. *Jornalismo em busca da credibilidade: A cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão*. Brasília, DF. Tese de doutorado. Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
- LAGE, Nilson. 1979. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis, Vozes.
- MANIN, Bernard. 1995. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, **10**(29):5-34. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_29/rbcs29\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2019.
- MATHEUS, Leticia Cantarella. 2010. *Espessuras do presente: comunicação, tempo, história. Tecendo o cotidiano em fios jornalísticos*. Niterói, RJ. Tese de doutorado em Comunicação. UFF/PPGCOM.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. 2013. *Análise crítica da narrativa*. Brasília, Editora UnB.
- MOTTA, Luiz Gonzaga; GUAZINA, Liziane. 2010. O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional. *Brazilian Journalism Research*, **6**(1):132-149.
- PROPP, Vladimir. 2002. *As raízes históricas do conto maravilhoso*. São Paulo, Martins Fontes.
- RICOEUR, Paul. 1995. *Tempo e narrativa (Tomo I)*. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas, Papirus.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2003. A judicialização da política. *O Público*, Online. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2003/05/27/jornal/a-judicializacao-da-politica-201706>>. Acesso em: 18 maio 2020.
- SANTOS, Wanderley G. dos. 2017. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- SARTORI, G. 1994. *A teoria da democracia revisitada*. Vol. 1. São Paulo, Ática.
- THOMPSON, John B. 2002. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, Editora Vozes.
- TODOROV, Tzvetan. 1975. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- WATTENBERG, Martin P. 2009. *The decline of American political parties, 1952-1996*. Cambridge, Harvard University Press.
- WHITE, Hayden. 1980. The value of narrativity in the representation of reality. *Critical Inquiry*, **7**(1):5-27.
- WOLF, Mauro. 1999. *Teorias da comunicação*. Lisboa, Presença.
- ZELIZER, Barbie. 2004. *Taking journalism seriously: news and the academy*. Thousand Oaks, Sage.

Artigo submetido em 29-06-2019

Aceito em 19-05-2020